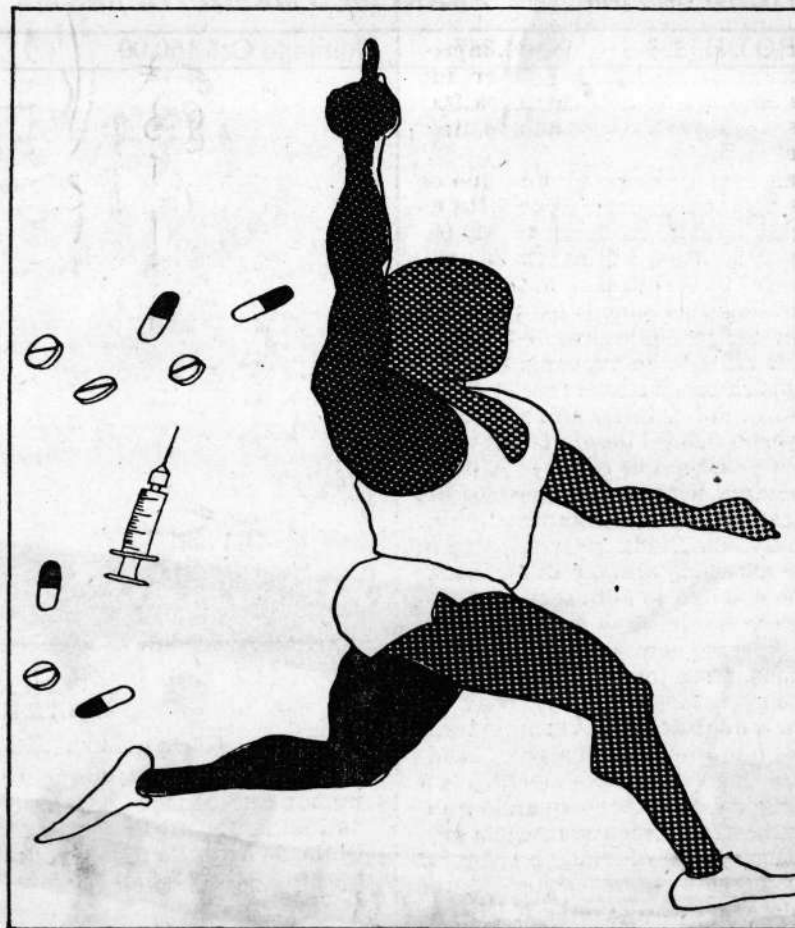


Papéis trocados, medalhas rejeitadas

ALOYSIO AZEVEDO

Digamos que o nosso Judiciário fosse uma espécie de Suprema Corte americana e, em vez de tramar o retorno do "repição", convocasse um plebiscito para que o povo julgasse essa última decisão do governo: contratar sem concurso 893 burocratas. Suponhamos que o pleito fosse o seguinte: o eleitor brasileiro acha mais interessante para o País contratar os 893 ou fechar o Ministério da Administração? Tenho quase certeza de que a votação seria totalmente favorável ao fechamento do penduricalho. Garanto mesmo que boa parte dos 893 interessados, secretamente, teria vergonha de sufragar a mamata. Alguns se perguntariam: será que o notável ministro não dispõe de 893 funcionários ociosos em toda essa Brasília de dedicação exemplar à coisa pública? É demais para os nervos dessa gente que convive com mais de 20% ao mês de inflação!

Outra boa idéia para um plebiscito: as medalhas que o doutor Ulysses distribuirá aos constituintes no dia 5, data da promulgação solene da nova Constituição. Cheira a cabotínice! E cabotínice das mais onerosas! E essa questão de medalha está muito discutida, caiu na boca do povo depois do fiasco do pobre "Big Ben" Johnson em face do êxito retumbante do nosso Taffarel. A maneira fulminante como o jovem negro foi reconduzido do pódio para a sua condição jamaicana, passando pela cidadania canadense, está mendo ainda com a cabeça de muita gente. Regras, anabolizantes... todo mundo está pensando, refletindo sobre esses valores.



O regulamento da Olimpíada não admite o uso de anabolizantes tipo esteróide. Ou seja, o uso de certas drogas viola as regras dos jogos olímpicos e por isso é rejeitado. O que realmente conta na Olimpíada é o desempenho dos atletas, verdadeiros artistas. As regras servem apenas para garantir esse desempenho. É como na política. O que conta na política é o desempenho na solução dos problemas do povo. O problema número 1 nosso é a inflação. O desempenho dos políticos será valorizado pelo povo segundo a capaci-

dade de resolver o problema da inflação, segundo as regras constitucionais. A Constituição é o conjunto das regras do jogo político. Não vale ditadura, não vale decreto-lei, não vale congelamento. O Congresso, os partidos e o mercado têm de ser considerados agora no combate à inflação. O Cruzado, enquanto combinação de congelamento com decreto-lei, foi um esteróide anabolizante que o governo usou para ganhar a corrida contra a inflação. Deu no que deu!

Ao querer dar à Constitui-

ção o mesmo valor que tem para o povo o combate à inflação, o doutor Ulysses corre o risco de trocar os pés pelas mãos e cometer o mesmo erro daqueles que pensavam não ser o povo capaz de utilizar o colégio eleitoral no combate à ditadura, persistindo nas diretas-já. Por melhor que tenha resultado, a Constituição não passa de uma primeira conformação das regras do jogo, a ser finalmente definido em 1993. Outra coisa é o desempenho que terão os políticos no combate à inflação. Esse desempenho é a verdadeira prova olímpica a ser apreciada pelos eleitores. Mais grave ainda é a pretensão de dar à Constituição uma função de anabolizante eleitoral!... Não poderá ser aceito.

A nova Constituição deve ser saudada no dia 5 como um passo importante, talvez decisivo, na edificação do nosso Estado de Direito; como os fundamentos do jogo democrático que definitivamente iremos praticar doravante. A nova Constituição deve ser divulgada ao máximo e amada, como queria Tancredo, para ser verdadeiramente respeitada por todos. Todas as formas, as mais criativas e mais eficazes de divulgação devem ser tentadas e estimuladas.

Outra coisa, contudo, é o que o povo espera dos partidos e de todos aqueles que pretendem efetivamente governar os destinos do País. Queremos e precisamos que eles nos digam claramente como, com que medidas e com que forças, pretendem reduzir a inflação e trazer de volta o investimento na economia.

Doutor Ulysses, com todo o respeito e minhas desculpas: o discurso é outro.

Aloysio Azevedo é pós-graduando de Política na Universidade de São Paulo e consultor sindical.